XXIX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI BALNEÁRIO CAMBORIU - SC

DIREITO URBANÍSTICO, CIDADE E ALTERIDADE II

ADRIANA FASOLO PILATI

CLÁUDIA FRANCO CORRÊA

ROSÂNGELA LUNARDELLI CAVALLAZZI

Copyright © 2022 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina
Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - UNIVEM/FMU – São Paulo
Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará
Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul
Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio – Rio de Janeiro
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR – Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade – UNIMAR/FEPODI – São Paulo

Conselho Fiscal:
Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara – ESDHC – Minas Gerais
Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro
Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho – Ceará
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS – Sergipe
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR – São Paulo
Secretarias
Relações Institucionais:
Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes – UNB – Distrito Federal
Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM – São Paulo
Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo
Comunicação:
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali – Rio Grande do Sul
Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB – Paraíba
Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC – Santa Catarina
Relações Internacionais para o Continente Americano:
Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia
Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM – Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão
Relações Internacionais para os demais Continentes:
Prof. Dr. José Barroso Filho – ENAJUM
Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná
Eventos:
Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec – Minas Gerais
Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC – Paraná
Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS – Mato Grosso do Sul

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UMICAP – Pernambuco

D597

Direito urbanístico, cidade e alteridade II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Adriana Fasolo Pilati; Cláudia Franco Corrêa; Rosângela Lunardelli Cavallazzi.

– Florianópolis: CONPEDI, 2022.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5648-633-8
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Constitucionalismo, Desenvolvimento, Sustentabilidade e Smart Cities

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito urbanístico. 3. Cidade e alteridade.

XXIX Congresso Nacional do CONPEDI Balneário Camboriu - SC (3: 2022: Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

XXIX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI BALNEÁRIO CAMBORIU - SC

DIREITO URBANÍSTICO, CIDADE E ALTERIDADE II

Apresentação

Caros pesquisadores a apresentação do GT Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade do XXIX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI BALNEÁRIO CAMBORIU - SC com a parceria inigualavel da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, realizado entre os dias 07, 08 e 09 de dezembro de 2022, vem plena do sabor do encontro presencial realizado . O desejo dos pesquisadores do Direito por dialogo foi mais forte que a conjuntura da pandemia imanente e os retrocessos dos direitos sociais.

O CONPEDI explicita a dimensao real dos estudos e investigacoes que enfrentam o presente e projetam o futuro a partir do GT Grupo de Trabalho Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade, sintonizado com o tema nuclear do Congresso Constitucionalismo, Desenvolvimento, Sustentabilidade e Smart Cities

As reflexoes e debates realizadas a partir dos relevantes artigos selecionados, pelo sistema de dupla revisão cega, por avaliadores ad hoc, para apresentação no evento refletiu o estado da arte da area de conhecimento e, principalmente permitiu realizar a produtiva abordagem interdisciplinar . O desafio permanente do CONPEDI de projetar a pesquisa jurídica para o avanço social do Brasil constituiu inspiração para os trabalhos apresentados conforme descrição que se segue

Caros pesquisadores a apresentação do GT Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade do XXIX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI BALNEÁRIO CAMBORIU - SC com a parceria inigualavel da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, realizado entre os dias 07, 08 e 09 de dezembro de 2022, vem plena do sabor do encontro presencial realizado . O desejo dos pesquisadores do Direito por dialogo foi mais forte que a conjuntura da pandemia imanente e os retrocessos dos direitos sociais.

O CONPEDI explicita a dimensao real dos estudos e investigacoes que enfrentam o presente e projetam o futuro a partir do GT Grupo de Trabalho Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade, sintonizado com o tema nuclear do Congresso Constitucionalismo, Desenvolvimento, Sustentabilidade e Smart Cities

As reflexoes e debates realizadas a partir dos relevantes artigos selecionados, pelo sistema de dupla revisão cega, por avaliadores ad hoc, para apresentação no evento refletiu o estado da arte da area de conhecimento e, principalmente permitiu realizar a produtiva abordagem interdisciplinar . O desafio permanente do CONPEDI de projetar a pesquisa jurídica para o avanço social do Brasil constituiu inspiração para os trabalhos apresentados conforme descrição que se segue

1. CONTROLE JURISDICIONAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO URBANO: A USUCAPIÃO ESPECIAL SEGUNDO O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL de autoria de Gerusa Colombo , Fábio Scopel Vanin , Wilson Antônio Steinmetz, o artigo analisa a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 422.349 observando a forma de controle jurisdicional das políticas públicas. Conduz o estudo na trilha do usucapião especial no contexto do planejamento urbano para examinar a decisão à luz das objeções ao controle jurisdicional de políticas públicas, tais como o deslocamento indevido de competência, o déficit democrático e de expertise e os efeitos simbólicos da decisão. O estudo desenvolve-se com base no método analítico, em pesquisa bibliográfica e documental.

2. A TUTELA DO MEIO AMBIENTE NO ÂMBITO MUNICIPAL: A LUZ DO TEMA 145 DO STF da lavra de Gade Santos de Figueiró e Vanderlei Schneider, o estudo esta concentrado no TEMA 145 do STF que revela importante marco jurídico na pacificação das competências legislativas ambientais, na mesma grandeza que fora a LC 140/11, ao disciplinar as competências administrativa ambientais. O tema 145 se traduz em ferramenta de efetividade posto na responsabilidade do enunciado no art. 225 da CRF/88. O artigo elucida que o princípio de preservação ambiental não pode ser insensível a conjuntura local, implicitos os interesses ecológicos, sociais e econômico.

3. A GOVERNANÇA E A TECNOLOGIA A SERVIÇO DOS MUNICIPIOS: AVANÇOS E RETROCESSOS DAS SMART CITIES de autoria de Edson Ricardo Saleme , Cleber Ferrão Corrêa e Silvia Elena Barreto Saborita, a investigacao considera os desafios dos municipios no que tange a tecnologia e governanca. Observa na a dificuldade em se manter uma municipalidade dentro de bases tecnológicas com propostas inovadoras em face dos graves problemas sociais que marcam o país não excluem cidades com propostas diferenciadas. O trabalho adota o método hipotético-dedutivo e a metodologia documental e bibliográfica.

4. ZONEAMENTO COMO FERRAMENTA DE PROTEÇÃO CULTURAL: EM PAUTA AS LEIS MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE E SÃO JOSÉ DOS AUSENTES de autoria

de Aline Maria Trindade Ramos , Juliana Cainelli De Almeida , Vanderlei Schneider, analisa a competência, especialmente a municipal, para proteger o patrimônio cultural, com objetivo de verificar o cabimento do zoneamento como possibilidade de proteçãom, especialmente no recorte espacial que compreende os municípios de Porto Alegre e São José dos Ausentes. As leis municipais sao observadas relacionando com texto constitucional, numa abordagem teórica que diferencia ambas as aplicações do zoneamento, através do método de trabalho dedutivo, com a aplicação à realidade fática em nível municipal.

5. POLÍTICAS URBANÍSTICAS E AMBIENTAIS PELA ATUAÇÃO DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS da lavra de Carlos Alberto Lunelli , Rodrigo Ichikawa Claro Silva e Dionata Luis Holdefer, estuda a problemática que envolve pontos atrelados ao 'empoderamento' e à realização prática das atribuições extrajudiciais - de notas e registros públicos -, acerca do empreendimento e planejamento das diretrizes urbanísticas e ambientais, em seus ditames jurídicos, políticos e sociais. A investigacao tambem alcança a contribuição das serventias extrajudiciais no contexto - público e privado - de maior inclusão, efetivação de direitos fundamentais com, maior proteção ao meio ambiente e o fomento de melhores condições a uma vivência digna a todos.

6. A VEDAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO PROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR PELA CÂMARA MUNICIPAL SEM A PARTICIPAÇÃO POPULAR com a autoria de Jose De Oliveira Junior e Wilson Antônio Steinmetz, a partir do conceito filosófico do direito à cidade na perspectiva de Henri Lefebvre realiza a reflexão sobre os direitos fundamentais sociais relacionados à política de desenvolvimento e expansão urbana. Observa a atuação do Ministério Público no controle judicial do processo legislativo de aprovação do Plano Diretor em consonancia com o papel da Câmara Municipal no que tange a emendas parlamentares com a participação popular, a realização de prévias e amplas consultas populares, por meio de audiências públicas, consultas, debates e conferências.

7. DIÁLOGO ENTRE SUSTENTABILIDADE E ALTERIDADE URBANA NO CONTEXTO DAS CIDADES INTELIGENTES de autoria de Victória Rodrigues Barreto , Letícia Feliciana dos Santos Cruz e Diogo De Calasans Melo Andrade, estuda o tema das cidades inteligentes e a sua implementação como um caminho possível para o alcance do desenvolvimento sustentável capaz de promover a alteridade urbana. A pesquisa documental, através de abordagem qualitativa investiga os desafios e perspectivas para uma gestão sustentável, meio ambiente equilibrado e mobilidade inteligente no país. O diálogo entre sustentabilidade e alteridade aborda as cidades inteligentes como possíveis caminhos para a solução dos problemas urbanos.

8. O REGIME JURÍDICO-URBANÍSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MAESA DE CAXIAS DO SUL – RS de autoria de Gerusa Colombo , Fábio Scopel Vanin e Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira, realiza o estudo da regulamentação, em especial aspectos do Plano Diretor, Lei de Doação e Plano Geral, especialmente no caso do patrimônio cultural "MAESA", antigo parque fabril localizado na cidade de Caxias do Sul – RS, Brasil. Os resultados apontaram que a MAESA tem zoneamentos específicos, sendo tombada e identificada como Ponto de Interesse Patrimonial Histórico. A pesquisa tem natureza básica com abordagem qualitativa.

9. CIDADES INSPIRADAS EM PUBLICO-ALVO DETERMINADO: VANTAGENS E NECESSIDADE DE PLANEJAMENTO ESPECÍFICO com os autores Edson Ricardo Saleme e Marcelo José Grimone investigou a existência de cidades com características próprias, destinadas a atingir públicos determinados nos processos decisórios. O estudos alcança experiências realizadas no Canadá, que trouxe verdadeira novidade em termos turísticos para impulsionar a econômica local. O estudo ressalta que as municipalidades não podem se restringir a efetivar a regulação e planificação territorial sem contemplar possibilidades econômicas a serem atingidas em curto, médio e longo prazo.

10. IMOVEIS PUBLICOS ABANDONADOS NO CENTRO DA CIDADE DE MANAUS de autoria de Edvania Barbosa Oliveira Rage e Abraão Lucas ferreira Guimarães, o artigo analisa a situação dos imóveis abandonados e suas consequencias para a população de Manaus. A reflexão central da pesquisa questiona o papel do poder publico no sentido da redução dos impactos na cidade em razao dos imoveis abandonados. As conclusões destacam a necessaria adoção de politicas publicas para revitalizar, de forma sustentavel o centro da cidade de Manaus/AM.

11. ASPECTOS DA CIDADANIA NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E NO DIREITO À MORADIA: SUBCIDADANIA EM FAVELAS CARIOCAS com os autores Paula Constantino Chagas Lessa , Bruno Lúcio Moreira Manzolillo e Maria Clara Moreira da Silva, segundo uma abordagem interdisciplinar, o estudo realiza uma reflexão sobre aspectos da cidadania no espaço urbano e os direitos a ela inerentes, no âmbito da questão da moradia. Considera que o elemento favela está presente desde os bairros da Zona Sul carioca até as áreas mais marginalizadas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, como a favela de Jardim Gramacho, em Duque de Caxias. Ressalta o contexto da favela como espaço de vulnerabilidade socioeconômica e civil com a situação de subcidadania de seus moradores.

12. O DIREITO HUMANO À ÁGUA E O USO DE NANOTECNOLOGIAS COMO O GRAFENO NO TRATAMENTO DE ÁGUAS E EFLUENTES: ALTERNATIVAS PARA

CUMPRIMENTO DO ODS 6 DA AGENDA 2030, de autoria de Kamilla Machado Ercolani , Alexandre Cesar Toninelo e Dionata Luis Holdefer, estuda o contexto das mudancas climaticas na interconexão das ações dos Estados para salvaguardar os bens ambientais e o desenvolvimento socioeconômico. Situa o problema de pesquisa com a questão sobre a relevancia do direito humano ao acesso à água potável, preservação e o cumprimento do ODS 6 da Agenda 2030. Observa tambem afalta de legislação específica no âmbito nacional sobre as nanotecnologias, em especial o uso do grafeno, os impactos jurídicos e socioambientais promovidos por essa lacuna.

13. O CONTROLE DA EXPANSÃO HOTELEIRA E RESIDENCIAL NO VALE DOS VINHEDOS: A IDEOLOGIA AMBIENTAL NA PROTEÇÃO DA VOCAÇÃO VITIVINÍCOLA de autoria de Ailor Carlos Brandelli e Carlos Alberto Lunelli, reconhece a necessidade de controle da expansão hoteleira e residencial com implicaçoes na proteção da vocação vitivinícola ao estudar a destinação das propriedades no Vale dos Vinhedos, interior do município de Bento Gonçalves (RS): a expansão da rede hoteleira e a criação de condomínios fechados. Ressalta o considerável impacto paisagístico, viário, de vizinhança , inclusive significativa redução das áreas de plantio de videiras, cujos cultivares são necessários para manutenção da Denominação de Origem (DO), que adota regras específicas de cultivo e de processamento das uvas autorizadas.

14. CIDADES INTELIGENTES E PLANEJAMENTO URBANO ESTRATÉGICO: PLANO DIRETOR, UMA PRÁTICA INCLUSIVA? Os autores Letícia Feliciana dos Santos Cruz , Victória Rodrigues Barreto e Diogo De Calasans Melo Andrade questionam os entraves frente a busca por uma integração sociodigital nas urbes. Aborda os aspectos gerais do direito urbanístico, com realce para a pauta das novas tecnologias, para, a seguir analisar o planejamento estratégico sob uma prática político-democrática em conjunto com os planos diretores participativos. Ressalta a promoção de políticas públicas sociais como verdadeira e legítima forma de envolver o cidadão as benesses da cidade e, consequentemente, como garantidoras do direito à vida digna.

15. A PAISAGEM STANDARD E A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA: O CASO-REFERÊNCIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, de autoria de Rosângela Lunardelli Cavallazzi , Daniela Suarez Pombo e Ivan Cavallazzi Da Silva realiza as primeiras anotações em relação ao conteúdo do Contrato de Parceria Pública-Privada sobre serviço de iluminação pública na cidade do Rio de Janeiro. As reflexoes consideram a eficácia social do direito à cidade no bojo do processo de estandardização da

cidade e os prováveis efeitos na paisagem do espaço urbano. Adota a abordagem interdisciplinar com o estudo de caso-referência. Identifica o perfil das produções normativas construídas segundo a lógica do mercado, principalmente no bojo de relações assimétricas.

16. DIREITO À CIDADE: A QUEM PERTENCE O DIREITO À CIDADE? Questão proposta pelos autores Paula Constantino Chagas Lessa , Caio Calvão Pereira e Wesley Gabriel Santiago da Silva Brito, no contexto do espaço de convivência social e integração entre os mais diversos grupos ecléticos, sob a ótica de políticas públicas. Estuda os processos históricos que perpassam no direito urbanístico, nas formas e processos de revisão dos Planos Diretores das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, ressaltando a situação sobre as diversas minorias excluídas. A metodologia inclui abordagem interdisciplinar e estudo de caso-referencia.

17. OS DESAFIOS DAS SMARTCITIES NO CONTEXTO PÓS REVOLUÇÃO DIGITAL de autoria de Andréa Arruda Vaz , Sérgio Czajkowski Jr e Tais Martins, a pesquisa realizou um ensaio voltado a reforçar a necessidade em se instituir políticas públicas calcadas nas tecnologias ditas inteligentes, mas igualmente capazes de fortalecer as práticas de governança e que primam pelo bem-estar comum. Ressalta os desafios e demais percalços inerentes à infusão das Novas Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação nas Smartcities, em especial no que concerne ao respectivo amparo aos interesses coletivos. Nas conclusões destaca a constituição de novos arranjos de poder, os quais obrigam o estado a (re)legitimar a sua existência bem como demonstrar a respectiva efetividade de suas ações, na Sociedade da Informação.

18. PROGRESSO URBANO, LEGITIMIDADE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL – UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA EVOLUÇÃO DA CIDADE DE CURITIBA/PR. De autoria de Andréa Arruda Vaz , Sérgio Czajkowski Jr e Tais Martins, a investigação considera o papel de crescente relevância no cenário global das cidades, diante do advento da Quarta Revolução Industrial. Analisa o caso da cidade de Curitiba/ PR, analisando dois momentos: a fase pré-lernista e a fase pós-lernista, dada a constatação de que a figura do prefeito Jaime Lerner teve grande relevância para a formação história desta cidade. O estudo tambem tece considerações em torno do conceito de progresso urbano

.

19. POLUIÇÃO DOS IGARAPÉS NAS ÁREAS URBANAS DA CIDADE DE MANAUS, de autoria de Abraão Lucas Ferreira Guimarães e Edvania Barbosa Oliveira Rage, estuda os impactos que a poluição dos igarapés da cidade de Manaus. Apresenta conclusões sobre o

papel dos Estados no sentido de assegurar o direito fundamental, promovendo equilíbrio, protegendo e preservação os igarapés da cidade. Ao longo da pesquisa destaca os impactos que a poluição dos igarapés causam no meio ambiente local e na saúde dos habitantes de Manaus/Am.

20. O DIREITO REAL DE CONCESSÃO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA da autoria de Adriana Fasolo Pilati, o artigo analisa o direito real de concessão especial para fins de moradia observando sua efetividade na tutela do direito à moradia e à função social da propriedade como conceito de direito social e fundamental introduzido pela Constituição Federal de 1988. O estudo tambem abrange uma abordagem dedutiva que permite preencher uma lacuna há muito existente no direito brasileiro que é a de ocupação de terrenos, particulares ou públicos, quando se tratar especificamente de concessão para fim especial de moradia, modificando a ideia de absorção da propriedade e elevando sua ocupação de forma ampla, legal e socialmente justa.

21. DAS RELAÇÕES ENTRE DIREITO À MORADIA E DIREITOS Á CIDADE, de autoria de Eloah Alvarenga Mesquita Quintanilha , Jordana Aparecida Teza e Cláudia Franco Corrêa a investigação visa demonstrar a necessidade de um esforço multidisciplinar entre os textos legais e os agentes interessados em alcançar uma maior proximidade com a igualdade através do direita à moradia e o direito de acesso pleno à cidade. O objeto principal do estudo é a questão habitacional, o acesso à moradia e à cidade.

22. DA HONRA A DIGNIDADE: UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE MORADIA DIGNA de autoria de Cláudia Franco Corrêa e Cristina Gomes Campos De Seta, o artigo apresenta uma reflexão sobre as consequências da “separação” das cidades (indigna e digna) no sistema que se apropria do espaço urbano como commodties e uso o espaço como reservas feudais a justificar a criação do que se passou a denominar de estado paralelo”. Os conceitos “Moradia Indigna” ,“honra”, “dignidade”e “cidadão” como titular de direitos em face do Estado são analisados.O estudo adota o método dedutivo e o procedimento técnico de revisão bibliográfica.

Finalizamos a apresentação convidadndo os pesquisadores para percorrerem os artigos apresentações com uma leitura que permitira revelar a relevancia dos estudos, a densidade das reflexões e, principalmente o valioso dialogo interdisciplinar sempre presente no campo do Direito Urbanistico realizado durante o XXIX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI BALNEÁRIO CAMBORIU – SC.

Adriana Fasolo Pilati

Universidade de Passo Fundo

Cláudia Franco Corrêa

Univerisdade Veiga de Almeida

Rosângela Lunardelli Cavallazzi

Universidade Federal do Rio de Janeiro /

Pontifícia Universidade Catolica do Rio de Janeiro

PROGRESSO URBANO, LEGITIMIDADE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL – UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA EVOLUÇÃO DA CIDADE DE CURITIBA/PR

URBAN PROGRESS, LEGITIMITY AND SOCIAL PARTICIPATION – A HISTORICAL ANALYSIS OF THE EVOLUTION OF THE CITY OF CURITIBA/PR

Andréa Arruda Vaz
Sérgio Czajkowski Jr
Tais Martins

Resumo

As cidades, diante do advento da Quarta Revolução Industrial, vêm ganhando um papel de crescente relevância no cenário global e, por conseguinte, nos estudos organizacionais. Tais avanços, contudo, vieram acompanhados por importantes desafios, frente ao intento em se instituir políticas públicas capazes de desenvolver o tecido urbano, sem que isto redunde numa ampliação das assimetrias sociais. Por meio destes apontamentos, o presente material se propõe a apresentar o processo de modernização seletiva ocorrido, em termos históricos, na cidade de Curitiba. Diante deste intento, o principal objetivo do presente material se volta a expor alguns aspectos ligados ao desenvolvimento histórico da cidade do Curitiba e o quanto estes se mostraram benéficos a todos os seus moradores. Como forma de facilitar-se a compreensão da formação histórica e política de Curitiba, optou-se por dividi-la em dois momentos: a fase pré-lernista e a fase pós-lernista, dada a constatação de que a figura do prefeito Jaime Lerner teve grande relevância para a formação história desta cidade. Ao final e diante do intuito em se perceber a real capacidade de determinadas políticas públicas terem apresentado resultados positivos a todos os moradores da cidade de Curitiba, foram tecidas algumas considerações em torno do conceito de progresso urbano.

Palavras-chave: Cidade, Gestão urbana, Place branding, Políticas públicas, Stakeholders

Abstract/Resumen/Résumé

Cities, given the advent of the Fourth Industrial Revolution, have been gaining a role of increasing relevance in the global scenario and, therefore, in organizational studies. Such advances, however, were accompanied by important challenges, in view of the attempt to institute public policies capable of developing the urban fabric, without this resulting in an expansion of social asymmetries. Through these notes, the present material proposes to present the process of selective modernization that took place, in historical terms, in the city of Curitiba. In view of this intent, the main objective of this material is to expose some aspects related to the historical development of the city of Curitiba and how beneficial these have been to all its residents. As a way of facilitating the understanding of the historical and political formation of Curitiba, it was decided to divide it into two moments: the pre-Lernist phase and the post-Lernist phase, given the fact that the figure of Mayor Jaime Lerner had

great relevance for the historical formation of this city. At the end and in order to understand the real capacity of certain public policies to have presented positive results to all residents of the city of Curitiba, some considerations were made around the concept of urban progress.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: City, Urban management, Place branding, Public policies, Stakeholders

1. INTRODUÇÃO

Este ensaio possui a pretensão em demonstrar como, no caso de Curitiba, a *cidade ilustrada e civilizada* interage com as regiões periféricas, em especial no que concerne à possibilidade, ou não, destes espaços também serem abarcados pelo desenvolvimento urbano, acontecido nos últimos tempos e fortemente ancorado nas inovações tecnológicas. Assim sendo, um outro objetivo se volta a compreender o quanto as transformações ocorridas no tecido urbano contaram com o apoio e/ou a participação de todos os setores da cidade de Curitiba, bem como o quanto foram capazes de reduzir as assimetrias sociais e econômicas.

Partindo-se destes intuitos, o presente artigo acabou sendo subdividido em dois momentos principais. No primeiro momento, destinado a apresentar um breve histórico da cidade de Curitiba, pretendeu-se demonstrar alguns detalhes históricos da formação da capital do Estado do Paraná, boa parte dos quais não são de conhecimento da ampla maioria da população (inclusive daquela que reside em Curitiba). Tal capítulo elenca apenas alguns acontecimentos (visto que a história da cidade de Curitiba supera os 300 anos) mas, cuja sinergia, permite que o leitor possa ter uma leitura um pouco mais ampliada dos fatores que fizeram com que a capital do Estado do Paraná tivesse as feições, hoje em dia, existentes.

Como forma de se permitir uma análise um pouco mais aprofundada e até mesmo mais didática da formação histórica e política da cidade de Curitiba, optou-se por dividi-la em dois momentos: a fase *pré-lernista* e a fase *pós-lernista*. Tal opção decorreu da constatação de que a figura do prefeito Jaime Lerner, na administração municipal, pode ser vista tal como sendo um ponto de inflexão, um divisor d´água, a exemplo do que foi detalhado na terceira seção.

Na segunda etapa, também se procurou, tendo-se como pano de fundo a cidade de Curitiba, tecer algumas considerações em torno do conceito de progresso urbano, conferindo uma atenção mais destacada à dicotomia: desenvolvimento urbano x inclusão social. A ideia, neste capítulo, se voltou a analisar, com uma maior dose de cuidado, a real capacidade de determinadas políticas públicas terem apresentado resultados positivos a todos os moradores da cidade de Curitiba, ou terem sido meras práticas elitistas, as quais não se alinham aos princípios da Administração Pública.

2. CURITIBA E O *MITO* DA CIDADE MODELO

Diante da pretensão em se expor alguns detalhes em torno da formação história da cidade de Curitiba, bem como da sua pretensão em se apresentar como um espaço próspero, moderno e inovador optou-se por dividi-la em dois grandes momentos: a fase *pré-lernista* e a fase *pós-lernista*.

Tal opção metodológica decorreu da constatação de que, no caso mais específico de Curitiba, observou-se que tal processo de *modernização* e desenvolvimento, originalmente capitaneado por intelectuais e demais membros da elite local, foi sendo paulatinamente, em especial dos anos 70 em diante, incorporado pelo ente municipal, o qual chamou para si a responsabilidade de estruturar políticas públicas e estratégias narrativas voltadas ao fomento de uma *cidade modelo*. Ou seja, ao debruçar-se sobre a história de Curitiba, urge se destacar a existência de um processo de transição, bem como de profissionalização da gestão municipal, a qual se deu a partir da ascensão de um grupo político, cujo principal expoente foi Jaime Lerner.

2.1. A FASE *PRÉ-LERNISTA* (SÉCULO XVIII ATÉ OS ANOS 70 DO SÉCULO XX)

Quando se intenta conhecer um pouco mais acerca da formação história da cidade de Curitiba, é importante se destacar que, a exemplo do próprio Estado do Paraná, a sua capital sempre foi carente de uma elite ilustrada, cosmopolita e que se mostrasse ávida por consumir bens culturais. Tal como é apresentado por Lopes Pereira (1998), até a emancipação política do Paraná do Estado de São Paulo, a qual se deu em 19 de dezembro de 1853, sequer havia um jornal paranaense, dada a escassez de leitores na capital, bem como nas demais cidades paranaenses.

Ademais, "durante quase 30 anos não havia qualquer tipo de propaganda no Paraná, a única exceção se faz nos casos de anúncios de mercadorias, quadro que persiste até o início do século XX" (LOPES PEREIRA, 1998, p. 17). A fotografia, por exemplo, só chegou em meados de 1870, sendo que a *Galleria Illustrada* foi o primeiro jornal ilustrado paranaense.

Situação não muito diferente se dá em relação as outras manifestações artísticas como a pintura, a poesia, a escultura e o teatro. Com exceção do poeta e professor Dario Veloso (criador do Instituto Neopitagórico, o Templo das Musas), o cenário da província do Paraná,

durante todo o período imperial, era escasso de intelectuais reconhecidos nacionalmente, bem como de produções culturais de relevância.

Tal conjuntura somente começa a mudar de forma mais intensa, tal como é destacado por Keinert (*apud* LOPES PEREIRA, 1998), com a proclamação da república, via o advento do Movimento Paranista, formado por membros da elite local curitibana e que se voltou à criação de uma identidade cultural regional para o Estado do Paraná e, posteriormente, para a cidade de Curitiba (até então uma cidade de expressividade praticamente nula no cenário político e cultural nacional e, igualmente, carente de uma identidade distintiva).

Tal mudança, é importante se ressaltar, apenas ganha mais força após o ano de 1927, quando Romário Martins cria o Centro Paranista, embrião do movimento paranista. Afinal de contas, "era preciso construir uma história regional que mostrasse o Paraná como um local que possuía uma tradição" (LOPES PEREIRA, 1998, p. 71), nem que fosse for meio da criação da figura do Semeador, o qual estampa até hoje o brasão do Estado do Paraná (criado apenas em 1903 e que apenas passou a ser empregado no ano de 1910) e que simbolizaria a força da Agricultura em consonância ao ideal de um futuro mais promissor.

Deve-se, portanto, ter em mente que a identidade paranaense foi, ao longo dos anos, criada, com a finalidade mor de se mascarar a verdadeira realidade existente. Até mesmo a criação da imagem do imigrante ideal (aquele que estaria alinhado aos padrões europeus) foi uma construção paranista, que tinha como intuito criar um ponto diferenciador para o Estado do Paraná, em relação ao restante do Brasil (PEREIRA, 1998, p. 11 e ss).

No caso mais específico de Curitiba, vislumbra-se uma situação bastante parecida à verificada em relação ao próprio Estado do Paraná, porquanto esta, com exceção do pinheiro-do-Paraná (*araucaria angustifolia*), não possui se quer um traço distintivo natural frente às demais grandes cidades brasileiras, sendo que a própria identidade sociocultural da cidade, "até algumas poucas décadas atrás praticamente não existia" (SOUZA, 2005, p. 130).

Dalton Trevisan (2000, p. 7), tido como um dos principais contistas curitibanos, chega a afirmar de maneira bastante irônica que nem mais os antigos pinheiros, símbolos da cidade de Curitiba, hoje em dia, ainda estão de pé. Tanto que inicia um de seus principais contos, denominado "Em busca de Curitiba perdida", mencionando que: "Curitiba, que não tem pinheiros (....)"

Cristóvão Tezza, notável escritor curitibano, seguindo trilha semelhante salienta, em entrevista concedida ao repórter Irinêo Netto (2005, p. 3), do jornal Gazeta do Povo, que:

> não há nada visivelmente notável em Curitiba – uma praia, um porto, uma montanha de três mil metros de altura, uma grande mina de carvão, um abismo, terremotos, enchentes devastadoras, engarrafamentos de 50 quilômetros. Não há nem mesmo um único rio que mereça este nome. Nem carnaval. Nada. Sobra todo o resto, que somos nós

Situação não muito diferente se deu em relação ao próprio processo de urbanização de Curitiba - o qual começou tardiamente, comparada com as demais capitais brasileiras. Para que se tenha uma ideia da situação vigente na época, ressalta-se que, durante todo o período imperial, a cidade, com exceção do Passeio Público e do antigo Teatro Guaíra (cuja inauguração somente se deu, de fato após a proclamação da República), se quer contasse com algum atrativo turístico e/ou cultural de relevância (tal como um museu, um centro de eventos ou uma galeria de arte).

Nem mesmo os cafés, que já se faziam presentes em outros centros urbanos, como o Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador e que poderiam ser vistos como ponto de encontros de uma elite mais culta e esclarecida vingaram na capital do Estado do Paraná (LOPES PEREIRA, 1998, p. 22), a qual não contava nem mesmo com grandes clubes ou outros espaços culturais. Ou seja, uma cultura provinciana acabou se perpetuando por praticamente toda a história da cidade.

A modernização da capital da província e, posteriormente, do Estado do Paraná apenas se deu, em boa parte dos casos, do século XX em diante, por meio dos recursos oriundos da produção da erva-doce, os quais, em 19 de dezembro de 1912, fomentaram o nascimento da Universidade do Mate – posteriormente transformada na UFPR. Foi, neste mesmo momento histórico, que surgiu a Oração Paranista, na qual Curitiba era apresentada tal como sendo a Nova Canaã, bem como a revitalização da estrada da Graciosa (ligando Curitiba ao litoral e inaugurada em 1873) - obra, na época, vista como sinal de modernidade e de progresso.

Portanto, mesmo diante dos esforços de ilustrados como Romário Martins, Curitiba, durante praticamente as seis primeiras décadas do século passado, se viu incapaz de imprimir uma imagem de maior impacto, seja no cenário nacional e/ou internacional. Situação esta que apenas começou a mudar a partir do início do governo militar, época que culminou com diversos investimentos oriundos da União, visto que, diferentemente do que ocorreu em outras capitais, Curitiba não contava com grupos organizados de oposição ao regime.

Assim sendo, é importante se destacar que a cidade de Curitiba que, ao longo das últimas cinco, seis décadas (anos 70 em diante), se notabilizou, seja no cenário nacional e/ou internacional, por conta de suas políticas públicas voltadas a um aprimoramento dos serviços

públicos, processo este que foi acompanhado de forma síncrona por ações voltadas ao fomento de uma imagem distintiva: única, duradoura e marcante, no imaginário de diferentes públicos, foi, durante praticamente boa parte da sua história, uma cidade amorfa e desprovida de elementos de diferenciação.

Ou seja, até mesmo os poucos símbolos urbanos e demais artefatos culturais surgidos até os anos 70, todos eles de importância meramente local, foram todos fomentados pela elite local, sem uma participação mais efetiva dos moradores locais (SÁNCHEZ GARCIA, 1999b). Curitiba, diferentemente do que se observou em outras capitais e cidades brasileiras, foi uma cidade marcada por um processo seletivo de modernização, o qual primou pelo desenvolvimento de espaços específicos do tecido urbano.

Objetivando-se uma leitura mais concreta e perceptível do exposto acima, basta se dedicar uma atenção para a foto disposta na sequência, na qual aparece estampada a Rua XV de Novembro, localizada até hoje, na região central de Curitiba, sendo uma das principais avenidas da época. Por meio da análise da foto, tirada no ano de 1958, nota-se o clima ainda pouco cosmopolita de Curitiba - cidade que, na década de 50, continha aproximadamente 180 mil pessoas, sendo a sua ampla maioria constituída por curitibanos da gema, tal como é frisado pelo jornalista Cid Distefani (2014), em reportagem do jornal Gazeta do Povo.

FIGURA 1 – CURITIBA NOS ANOS 50-60



Fonte: GALANI, Luan (2019). Arquivo Fotográfico do Jornal Gazeta do Povo.

Outro detalhe que chama a atenção e que merece ser destacado é o fato da foto, na época, ter sido publicada com o sugestivo título: “o intenso movimento nas horas de pico no centro de Curitiba preocupa pedestres e motoristas” - o que reforça o caráter bastante provinciano da capital do Estado do Paraná, até a passagem dos anos sessenta para a década de setenta, do século passado.

A paisagem curitibana, a exemplo do que é destacado por Sanchez Garcia (1999c), apenas começa a ser alterar no início nos anos 70, mais especificamente no período compreendido entre os anos de 1972 a 1975, durante o primeiro mandato do então prefeito (biônico) Jaime Lerner, no qual se promoveu uma série de intervenções urbanas, alinhadas a criação de marcos na paisagem (SANCHEZ GARCIA, 1997b, p. 84) e que culminaram com uma sensível modificação da imagem da cidade, a exemplo do que será demonstrado na próxima seção.

Tal modelo atualmente se evidencia ao exemplo do Decreto Municipal 94/2014, que estabelece a regulamentação para estacionamentos de motos e bicicletas em toda a cidade, como medida de sustentabilidade e reafirmação de uma cidade historicamente sedimentada sob o mito da "cidade modelo" (Curitiba).

Nesta mesma toada estão aprovadas Leis municipais, por exemplo, a lei 10.906/2003, que regulamenta a realização de grandes eventos, regulamentando sob a perspectiva da cidade sustentável, formas de execução e limites para eventos artísticos e culturais, em locais públicos, tais como praças, jardins e parques da cidade. Ainda, os Decretos 739/2020, 973/2015, entre outros, que estabelecem limites a instalação de feiras livres pela cidade.

2.2. A FASE *PÓS-LERNISTA* (ANOS 70 DO SÉCULO XX EM DIANTE)

A chegada ao poder de Jaime Lerner promoveu uma mudança significativa na paisagem da cidade de Curitiba, bem como na forma através da qual passaram a ser estruturadas as políticas públicas (SÁNCHEZ GARCIA, 1999b e SÁNCHEZ GARCIA, 1999c). Foi neste momento, que Curitiba, aos poucos, abandona o plano Agache[1] (criado nos anos 40) e dá vazão a um novo modelo de planejamento urbano - fruto das propostas implementadas pela equipe do então prefeito Jaime Lerner - o qual contemplava grandes obras de intervenção urbana (a exemplo das vias estruturais – destinadas à circulação exclusiva dos ônibus expressos e que posteriormente se tornaram um dos grandes ícones da *moderna Curitiba*).

[1] O plano Agache foi um plano urbanístico criado nos anos 40 pela equipe do arquiteto Alfred Agache e que visava dotar Curitiba de uma "feição urbana moderna" - visto que, até então, a cidade era desprovida de um planejamento urbano mais sofisticado e de longo prazo.

Por meio do plano Agache, criou-se: um plano urbanístico que também ficou conhecido como: "Plano das Avenidas" (pois previa a implantação de grandes avenidas circulares, a partir do centro – IPPUC, 2015), bem como uma setorização da cidade; a qual passou a contar com uma zona industrial – originalmente alocada no bairro Rebouças, bem como com uma cidade universitária (que, hoje em dia, é o Centro Politécnico, o qual faz parte do conjunto de campus da UFPR). O plano Agache também previu a estruturação do Centro Cívico, enquanto local no qual deveriam estar concentrados os prédios administrativos - tanto da prefeitura como também do governo estadual – incluindo espaços diferenciados para os três poderes.

Nas palavras de Sanchez Garcia (1997b, p. 86): “a criação desses lugares assentou-se, sobretudo, em decisões de natureza funcional – no campo do planejamento urbano, dentro do projeto de modernização iniciado em Curitiba nos anos 70”. Não sendo à toa que foi justamente neste período que, a exemplo do que é destacado por Vizeu e Morgado (2016), Curitiba finalmente passa a construir a sua própria identidade, como forma de se diferenciar de seus pares.

Tal momento foi marcado por modificações sensíveis na cidade de Curitiba por meio de “diversos projetos que estavam na geladeira, ou seja, projetos que foram criados, mas não tiveram a oportunidade de serem colocados em prática” (VIZEU e MORGADO, 2016, p. 2) e que fizeram com que Curitiba ganhasse o título de capital do planejamento urbano (SÁNCHEZ GARCIA, 1997a) - o qual foi amplamente empregado em estratégias publicitárias, as quais se serviram do conceito de urbanismo para promover a cidade nacional e internacionalmente.

Foi nesta mesma época, por exemplo, que foram construídas as grandes avenidas denominadas de estruturais, nas quais, posteriormente, seriam implantados os corredores exclusivos para os ônibus-expresso (os quais, nos anos 90, foram substituídos por ônibus biarticulados, os chamados Ligeirões – igualmente empregados nas estratégias publicitárias postas em prática pela prefeitura municipal).

Nos anos 70, por conta da administração Jaime Lerner, também surge a CIC – Cidade Industrial de Curitiba – polo industrial que passou a atrair inúmeras empresas multinacionais notadamente aquelas cujos produtos tinham conexão com o novo modal de transporte público implementado. Destas, merece destaque a Volvo e a Bosch, cuja produção se voltava primordialmente a fabricação de ônibus para o transporte público de Curitiba.

Tais transformações fizeram com que Curitiba, uma cidade, até então, com pouca expressão no cenário local, ganhasse os holofotes da mídia, a qual passou rotular a cidade tal como sendo um modelo a ser seguido pelas demais. Curitiba, segundo as reportagens da época (SÁNCHEZ GARCIA, 1997a; SÁNCHEZ GARCIA, 1997b; SÁNCHEZ GARCIA, 2001), *teoricamente* havia provado ser possível se construir um modelo de desenvolvimento capaz de promover um crescimento bastante acentuado, bem como aprimoramentos na paisagem urbana.

Mesmo com o crescimento em termos de importância observado nos anos 70, frisa-se que foi apenas a partir dos anos 90 que Curitiba, novamente, graças a figura de Jaime Lerner e de seus aliados políticos, passou a figurar no cenário internacional. Tal processo ficou marcado pela construção de grandes obras - ícones urbanos - como: o Memorial da Cidade, a Ópera de Arame, as Ruas da Cidadania, os Faróis do Saber, a Universidade Livre do Meio Ambiente, o

Jardim Botânico, as Estações-Tubo, a Rua 24 Horas, os quais se tornaram, em pouco tempo, responsáveis diretos pela imagem de Curitiba no imaginário coletivo (mas que, a exemplo do que se observou no passado, não contaram com a participação direta dos seus moradores).

Sanchéz Garcia (1999b, p. 6) igualmente defende que, a partir da década de 90, a cidade de Curitiba foi palco de um "processo de consolidação de uma identidade sócio espacial positiva frente ao país bem como a nível internacional", a qual ocorreu de forma síncrona a um aumento expressivo na quantidade de moradores. Foi neste momento histórico que, graças às políticas públicas implementadas pelas prefeituras das cidades localizadas na Região Metropolitana, a RM da cidade de Curitiba foi a que mais cresceu entre 1991 e 1999, "passando de 2.057.578 habitantes para 2.425.361 habitantes" (SOUZA, 2005, p. 131).

Merece destaque o fato da Região Metropolitana de Curitiba ter tido um aumento demográfico bastante expressivo, ao mesmo tempo em que o Estado do Paraná estava perdendo população parte da sua população por conta de processos migratórios e imigratórios (BEGO, 1999, p. 36).

Os anos 90 também foram palco da consolidação das políticas públicas de *CityMarketing* e de *Place Branding*, iniciadas de forma embrionária nos anos 70, as quais ganharam uma maior relevância bem como passam a ser pensadas de forma mais profissional por parte dos gestores urbanos.

Como exemplo pode-se mencionar as iniciativas capitaneadas pela prefeitura, que contaram com o apoio de setores da sociedade civil (notadamente dos empresários) e de outros agentes públicos e que se voltaram à cunhagem de posicionamentos locais, a exemplo das marcas-lugar *Batel Soho* (e que engloba locais próximos a praça da Espanha) e *Ecoville* (região que congrega espaços pertencentes a bairros como Mossunguê, Campo Comprido e Bigorrilho). Tais *marcas-lugar* é importante se frisar foram todas dispostas em regiões nobres da cidade, cujos terrenos passaram por um processo de forte incremento em termos de valor.

Contudo, a *grande sacada* se deu justamente na gestão lernista compreendida entre os anos de 89-92, quando a cidade, até então conhecida como: a Capital do Transporte Público, a Capital do Planejamento Urbano e a Cidade Modelo (SÁNCHEZ GARCIA, 1999b e SÁNCHEZ GARCIA, 1999c) sofre um novo impulso em termos de desenvolvimento. Tal acontecimento se deu por conta da adoção do slogan "Capital Ecológica", prática esta que veio acompanhada por outras políticas de grande impacto e vinculadas a ações sustentáveis.

Foi justamente nos anos 90-2000, que surgiram uma série de intervenções urbanas (a exemplo das estações tubo e dos ônibus Ligeirinho), todas elas oriundas da *equipe política* de

Jaime Lerner e seus herdeiros políticos, bem como outros programas igualmente importantes como os de separação de lixo reciclável – tal como o "Programa Lixo que não é Lixo".

Por fim, dos anos 2000 em diante, ocorreu uma intensificação das políticas de *CityMarketing* por meio do emprego do conceito de *SmartCity* (em prol da divulgação do slogan: Curitiba – Cidade Inteligente). Foi neste momento histórico, que surgem projetos como o *novo Rebouças*, destinado à revitalização da antiga zona industrial de Curitiba, bem como o projeto *Vale do Pinhão* - voltado à instalação de Startups, em consonância ao estímulo de um ecossistema voltado à inovação e capitaneado pelo IPPUC, em conjunto com o ICI (Instituto Cidades Inteligentes).

Aqui importante mencionar exemplificativamente o Decreto municipal 81/2021, que regulamenta a concessão, cálculo, transferência e nova concessão de Potencial Construtivo, para bens imóveis de valor histórico, cultural ou arquitetônico, na cidade de Curitiba, assim como o Decreto municipal 543/2014, que regulamenta no mesmo sentido, imóveis que integram o patrimônio cultural da cidade, entre outros regulamentos que fazem a gestão e organização do patrimônio cultural da cidade.

3. CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO URBANO OBSERVADO EM CURITIBA

Conforme pode-se perceber ao longo desta exposição, o modelo de gestão que perdurou por praticamente toda a história de Curitiba foi fortemente elitista e excludente pois, mesmo diante dos inegáveis avanços socioeconômicos acontecidos ao longo da sua história, a população curitibana, na ampla maioria das situações, acabou sendo relegada a um papel secundário no que tange às políticas públicas e demais decisões políticas.

Tal quadro se tornou mais perceptível dos anos 70 em diante, quando se observou uma maior profissionalização da gestão municipal, por conta o advento do *Lernismo* - a qual ocorreu de forma síncrona à infusão, com mais intensidade, de uma ampla gama de pressupostos oriundos da chamada *New Public Management* – NPM.

A *New Public Management* ou Nova Administração Pública, aos olhos de autores como Jones e Thompson (2000), pode ser vislumbrada tal como sendo um modelo de gestão, alinhado a premissas neoliberais e que intenta transpor, para o âmbito público, práticas já consolidadas no âmbito privado. Jones e Thompson (2000, p. 43) sinalizam que tal transposição, pelo menos em termos teóricos, promoveria uma otimização dos recursos

públicos ao mesmo tempo em que não insertaria os entes estatais de cumprir com as suas tarefas primordiais, no que diz respeito, por exemplo, "ao fornecimento de serviços destinados a satisfazer as principais demandas dos cidadãos".

Bresser Pereira (2006) concebe a *New Public Management* como uma proposta voltada tanto à adaptação como também à transferência de conhecimentos já consolidados no âmbito privado para o dia-a-dia das entidades estatais. A ideia, neste caso, seria a de fortalecer, inclusive, a própria legitimidade da administração municipal, via à infusão de parâmetros outrora adotados pela iniciativa privada (ESPING-ANDERSEN 1995, p. 73), os quais redundariam em resultados mais robustos.

Tal opção gerencial não só faria com que os índices de satisfação por parte dos moradores se tornassem mais perceptíveis, como também fomentaria uma maior gama de investimentos tanto internos como também externos (por conta de um incremento em termos de credibilidade por parte do ente municipal), a exemplo do que é destacado por Fadul e Silva (2008).

A Nova Administração Pública, segundo o entendimento de Lombarts (2011, p. 71), também parte da premissa de que, na contemporaneidade, vive-se numa economia baseada no conhecimento, a qual demanda que as decisões gerenciais sejam tomadas em prazos cada vez mais exíguos. O emprego de técnicas já consolidada na administração privada, em sinergia ao emprego das NTDICs (Novas Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação) tornariam os processos mais enxutos e, por conseguinte, mais dinâmicos e transparentes.

Goss (2001, p. 5), ao estudar o novo gerencialismo público, também defende que as práticas de *New Public Management*, pelo menos no plano teórico, teriam o intento prioritário de romper com muitos dos antigos vícios do *old management*, em prol de uma maior efetividade do poder público, cuja rigidez estrutural e baixa capilaridade em termos de participação popular, em muitos casos, se mostram incompatíveis frente às atuais demandas da sociedade civil organizada.

Ao se ler os princípios norteadores da Nova Administração Pública tem-se a nítida impressão de que este modelo gerencial seria capaz de, num curto espaço de tempo, promover uma verdadeira revolução em na gestão urbana e cujos resultados redundariam em benefícios aos moradores, aos empresários, os gestores municipais, aos investidores e aos demais *stakeholders*. Contudo, a realidade, infelizmente, se mostra diversa da teoria.

No caso mais específico de Curitiba, o que se observou, em termos concretos, foi que as diretrizes centrais do modelo gerencial adotado acabaram se voltando à figura do *cidadão-*

cliente o vislumbrando muito mais como um ente passivo do que alguém que possa contribuir de forma mais efetiva para o desenvolvimento social.

Ou seja, sob a alegação de se implementar um modelo de gestão capaz de obter resultados mais pujantes e consistentes, o que se observou, em termos práticos, foi a tessitura de redes de poder constituída por setores privilegiados da sociedade curitibana em detrimento de uma participação mais efetiva dos setores tradicionalmente desassistidos. Sob o manto de uma gestão austera e, ao mesmo tempo criativa e inovadora, vendeu-se para a população e outros setores da sociedade civil organizada a tese de que Curitiba, diferentemente do que aconteceria em outros locais, estava sendo gerida por um grupo de pessoas com elevada qualificação técnica e cujos intentos estavam em sinergia com as aspirações populares.

No caso de Curitiba, observou-se também uma hipertrofia da esfera administrativa/gerencial, em detrimento da desidratação da esfera política (vislumbrada enquanto espaço propício aos debates entre diferentes setores da sociedade). Neste sentido, sob o argumento de que uma cidade privilegiada em termos tecnológicos seria a melhor opção, alijou-se dos debates setores já tradicionalmente marginalizados.

Por fim, merece destaque o fato de que num espaço temporal de **50 anos (1971 a 2022)**, Curitiba contou com apenas 10 prefeitos: Jaime Lerner, Donato Gulin, Saul Raiz, Maurício Fruet, Roberto Requião, Rafael Greca, Cássio Taniguchi, Beto Richa, Luciano Ducci e Gustavo Fruet, e 17 mandatos (pois alguns políticos exerceram o cargo por mais de uma vez, ou foram reeleitos como no caso de Jaime Lerner, Cássio Taniguchi, Beto Richa e Rafael Greca), sendo pertinente se destacar que, com exceção de: Maurício Fruet, Roberto Requião e Gustavo Fruet, **todos os demais são pertencentes ao meu grupo político**.

Neste sentido, o *Lernismo* mais do que deixar a sua marca nos espaços físicos da cidade, promoveu a perpetuação do mesmo modelo gerencial por mais de 50 anos (praticamente de forma ininterrupta). Ou seja, nos últimos 50 anos, por praticamente **40 anos** Curitiba foi gerida por prefeitos que podem ser vistos como herdeiros políticos do Lernismo. Assim sendo, em apenas por 10 anos, a prefeitura foi ocupada por políticos "de oposição", sendo que estes, ao contrário do *grupo lernista*, não se mostraram capazes de criar uma um modelo gerencial independente, optando, em muitos casos, por uma continuidade dos projetos e demais políticas públicas postas em prática pelos seus antecessores.

Por meio destes apontamentos se percebeu que: se a reconfiguração das relações de poder, em prol da constituição de espaços ampliados de interação, seria uma marca distintiva da cidade contemporânea - concebida como democrática e participativa (FISCHER, 1997, p.

16), tal acontecimento não ocorreu de forma plena na cidade de Curitiba. Ou seja, se a consolidação da Sociedade da Informação, por meio da valorização das redes de poder e interação, cuja capilaridade expandiria a abrangência dos espaços de decisão (CASTELLS, 1999, p. 423), teria a tendência em fortalecer a governança e a participação popular, o modelo adotado em Curitiba acabou adotando um caminho inverso – ao privilegiar uma gestão elitista e pouco inclusiva.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se analisar a atual conjuntura vigente, deve-se ter consciência de que a tendência para os próximos anos é a de as cidades ganhem uma relevância cada vez mais acentuada no cenário mundial, visto que estas, além do seu aparato físico, também se tornaram importantes *hubs de integração* (CASTELLS, 1999, p. 407). O desafio, neste caso, gira em torno da necessidade dos gestores urbanos instituírem políticas públicas capazes de aliar o progresso tecnológico à diminuição das assimetrias sociais e econômicas, sob pena de, em termos práticas, romper-se com o primado do interesse coletivo.

Conforme procurou-se apresentar ao longo deste material, Curitiba, ao longo da sua história, foi fruto de um **processo de modernização seletiva** (VENTURA, 1994), o qual, além de elitista, não contemplou setores mais amplos da sociedade civil. Ou seja, muito embora Curitiba tenha passado por um rápido processo de modernização, em especial dos anos 70 em diante, não se pode afirmar que este foi fruto de consensos estabelecidos entre a sociedade civil e o poder público.

Neste sentido, para se empregar um termo cunhado por Guillermo O'Donnell (1991, p. 26), observa-se, em Curitiba, mais um reflexo das chamadas *democracias delegativas*, nas quais as eleições muito embora aconteçam, acabam permitindo que os indivíduos eleitos acabem privilegiado os seus interesses particulares em detrimento da vontade de seus representados.

No caso mais específico de Curitiba observou-se que um grupo político, em especial, a partir dos anos 70, se assenhorou da prefeitura e que, muito embora suas políticas públicas tenham redundado em benefícios para a cidade, estas não contaram com um apoio e/ou a participação de setores mais amplos da sociedade civil organizada.

Ao se analisar o processo histórico que culminou com o advento da *moderna Curitiba* - surgida no contexto pós anos 70 e fruto, em grande parte, das gestões dos *herdeiros políticos*

do Lernismo - percebe-se este guarda muitas semelhanças com o próprio processo de formação identitária do Estado do Paraná. Pois, no passado, mais precisamente na Primeira República, o *movimento paranista* (a exemplo do que foi abordado na seção 3.1) procurou, através de artifícios simbólicos, criar toda uma identidade regional própria, a qual o Paraná carecia e muito (PEREIRA, 1998).

Curitiba, em especial a partir dos anos 70, procurou, por meio a implementação de uma série de melhorias urbanas fomentar, através da mídia, "a idéia de pleno usufruto social dos novos espaços modernizados e, implicitamente, sugerindo uma vida de classe média para todos os cidadãos" (SÁNCHEZ GARCIA, 1999a, p. 11). O que, na prática, não passou de uma construção assentada numa espetacularização do espaço público (SÁNCHEZ GARCIA, 1999b, p. 12). Tal espetáculo vem por apresentar uma cidade não só desenvolvida como também desprovida de contradições internas, minando qualquer ação pautada em valores como a governança e a participação popular.

Ainda se destaca que, a exemplo do que se observou em Curitiba, uma modernização do espaço urbano não vem, obrigatoriamente, acompanhada por uma maior humanização destes espaços. Prova maior desta constatação reside no fato da capital do Estado do Paraná, nos dias de hoje, ser constituída por *ilhas* de prosperidade e de progresso, as quais acabam tendo que conviver com espaços bastante degradados e cujos moradores passam por inúmeras dificuldades.

Por fim, é interessante se mencionar que muito daquilo que fora frisado por Sennet (2003), por Bauman (1999 e 2001) e por Harvey (2013) em trono da brutalização das relações sociais que se dão no ambiente urbano, bem como da incapacidade do progresso tecnológico, em todos os casos, gerar benefícios homogêneos a todo o tecido social, de alguma forma se aplicam ao caso curitibano.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALPERYTĖ, I.; IŠORAITĖ, M. *Developing a City Brand*. Journal of Intercultural Management. Vol. 11. No. 4. December 2019. pp. 1–27.

ALVES, M. A., DIAS, R. C., e SEIXAS, P. C. *Smart Cities no Brasil e em Portugal: o Estado da arte. Urbe.* Revista Brasileira de Gestão Urbana, nº 11. 2019.

BARNEY, J. B.; HESTERLY, W.S. **Administração estratégica e vantagem competitiva: conceitos e casos**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

BAUMAN, Z. **Globalização:** as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 2001.

BRESSER PEREIRA, L. C. Gestão do Setor Público: Estratégia e Estrutura para um Novo Estado. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (Eds.). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial.** Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 2006.

CARAGLIU, A., *Smart Cities in Europe*. Journal of Urban Technology. 2011.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede.** São Paulo. Paz e Terra, 1999.

DRUCKER, P. **Sociedade Pós-Capitalista**. São Paulo: Cengage Learning, 2001.

EVANS; J., KARVONEN, A & RAVEN R. **The experimental city. New moldes and prospects of urban transformation.** 1st Edition. Taylor and Francis. Routledge. 2018.

FADUL, E. M. C.; SILVA, L. P. Retomando o debate sobre a Reforma do Estado e a Nova Administração Pública. *In:* EnANPAD, 2008, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

FISCHER, T. *Prefácio*. In: FISCHER, T (org). **Gestão Contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais.** 2ª edição. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1997.

FREY, K., OLIVEIRA, V. E. de, XIMENES, S. B., BITTENCOURT, L. N., & Lotta, G. S. Políticas públicas em perspectiva comparada: proposta de um framework para a análise de experiências locais. Revista do Serviço Público, 68(1). 2017. p. 9 - 36.

GALANI, L. *Em clima de nostalgia: fotos antigas de Curitiba ao longo de 100 anos.* Arquivo Fotográfico do Jornal Gazeta do Povo. Jornal Gazeta do Povo. Curitiba. 2019.

GOSS, S. **Making local governance work: networks, relationships, and the management of change**. Houndmills. Palgrave. 2001.

HALL, P. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX.** São Paulo: Perspectiva, 2002.

HARVEY, D. *O direito à cidade*. Piauí, N. 82, 2013.

HAYAT, P., *Smart Cities: A Global Perspective.* India Quarterly. A Journal of International Affairs. Indian Council or World Affairs (ICWA). SAGE Publications. June. 2016.

JONES, L. R.; THOMPSON, F. **Um modelo para a nova gerência pública**. Revista do Serviço Público. v. 51, n. 1, p. 41-79, 2000.

LEMOS, A. *As cibercidades* In: LEMOS, A; PALACIOS, M. (org) **As janelas do ciberespaço.** Porto Alegre. Sulina. 2001.

LEMOS, A. *Cibercidades. Um modelo de inteligência coletiva.* Trabalho apresentado no Núcleo de Tecnologias da Informação e da Comunicação, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação. Belo Horizonte/MG. 02 a 06 de setembro de 2003.

LOPES PEREIRA, L. F. **Paranismo: o Paraná inventado; cultura e imaginário no Paraná da I República.** 2ª edição. Aos quatro ventos. 1998.

LOMBARTS, A. *Citymarketing in Amsterdam. Een organisatieantropologische studie van het publiek-private samenwerkingsverband op citymarketinggebied in Amsterdam*. Vrije universiteit. Antwerpen – Apeldoorn Garant. 2011.

NETTO, I. **A ficção fora de controle – entrevista com o escritor Cristóvão Tezza.** Gazeta do Povo. Curitiba. 18 dez. 2005. Caderno Cultura G. p. 3.

PEREIRA DOS SANTOS, M. E., BORJA, P. C., PEDRASSOLI J., and SANTOS, A. F. *City Production Strategies in the Neoliberalization Context - Salvador As Example.* Organizações & Sociedade 28, no. 98, 2021.

SÁNCHEZ GARCIA, F. E. **Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing**. Curitiba: Palavra, 1997.

SÁNCHEZ GARCIA, F. E. *O city marketing de Curitiba na era da imagem e da informação.* In: KORNIN, T. (org). Curitiba de verdade. Curitiba. Fundação Pedroso Horta. 1999a. p. 9-18. SÁNCHEZ GARCIA. F E *Buscando um lugar ao Sol para as cidades: o papel das atuais políticas de promoção urbana.* Revista Paranaense de Geografia. Associação dos Geógrafos Brasileiros. Nº 4. 1999b.

SANCHEZ GARCIA, F. E. *Curitiba: a imagem urbana revisitada – comunicação, cultura e planejamento*. Anais... Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós graduação em Urbanismo – ANPUR, 1999, p. 144-159. Porto Alegre: ANPUR, 1999c.

SÁNCHEZ GARCIA, F. *A reinvenção das cidades na virada de século. Agentes, estratégias e escalas de ação política.* Revista de Sociologia Política, Curitiba, n. 16, p. 31-49, jun. 2001.

SASSEN, S. **As Cidades na Economia Mundial.** São Paulo: Studio Nobel, 1996.

SOUZA, J **A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro.** Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2000.

SOUZA, M. L. de **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio espacial nas metrópoles brasileiras.** 2ª edição. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2005.

TREVISAN, D. **Em busca de Curitiba perdida.** 4ª tiragem. Rio de Janeiro. Record. 2000.

VENTURA, Z. **Cidade partida.** São Paulo: Companhia das Letras. 1994.

VIZEU, F e MORGADO, U. *Identidade da Organização-Cidade de Curitiba: Estudo Histórico da primeira gestão de Jaime Lerner.* IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais - Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de Outubro de 2016.